



Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná



Ofício nº 359

Lapa, 26 de Julho de 2007.

Senhor Presidente:



Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei nº 73/2007, que dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial.

Outrossim, com fundamento no artigo 55 da Lei Orgânica do Município, solicito que o Projeto de Lei acima referido, seja apreciado em regime de urgência.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente

Miguel Batista
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA

Protocolo nº: 690 / 2007

Data: 30/07/2007 - 10:16

Responsável: MAD

Exmo. Sr.
JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta

Enc. Of. nº 465,07

Resp. em _____



Prefeitura Municipal da Lapa

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 073, DE 24 DE JULHO DE 2007.

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), destinado a cobrir despesas com revisão geral do Plano Diretor, e dentro da seguinte dotação:

04.00- Secretaria de Administração	
04.02- Departamento de Serviços Gerais	
04.121.0021.2.116- Revisão Geral do Plano Diretor	
3.3.90.39.00.00.1000-Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.....	R\$ 70.000,00
TOTAL.....	R\$ 70.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior serão usados como recursos o cancelamento parcial da seguinte dotação:

08.00- Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	
08.01- Departamento de Viação, Obras e Urbanismo	
17.511.0025.1.002- Implantação de Rede de Água Rural	
261-4.4.90.51.00.00.1000- Obras e Instalações.....	R\$ 70.000,00
TOTAL.....	R\$ 70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 24 de Julho de 2007.


Miguel Batista
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal da Lapa

Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 073, DE 24 DE JULHO DE 2007.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Encaminho para apreciação dessa Egrégia Câmara, o presente Projeto de Lei que visa atender despesas com Revisão Geral do Plano Diretor.

O Plano Diretor da Lapa é de 2003 e teve algumas Leis alteradas, notadamente as que tratam do saneamento.

Essas leis, apesar de as alterações terem sido aprovadas pela Câmara Municipal, não estão sendo reconhecidas pelo COMEC, que alega não ter havido Audiência Pública para discussão com a população. Outro fato é que todas as Leis do Plano Diretor previam uma regulamentação, o que até hoje não houve.

A intenção com essa providência é rever todo o Plano, adequar as leis à realidade atual e, principalmente capacitar servidores municipais de carreira, para efetivamente aplicar o que prega o Plano Diretor. Na Licitação se exigirá, além da revisão, a regulamentação das leis e a capacitação dos funcionários num cronograma de 6 (Seis) meses.

Diante do exposto espero que o presente Projeto receba a aprovação por parte dos nobres Vereadores.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 24 de Julho de 2007.


Miguel Batista
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ASSESSORIA JURÍDICA
Parecer nº 063/2007

Ref. Projeto de Lei nº 73/07

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial

Vem para análise desta assessoria o Projeto de Lei acima numerado, de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto a abertura de Crédito Adicional Especial até o limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Pela justificativa apresentada e anexada junto ao referido Projeto, o Executivo local demonstra que referida solicitação visa atender despesas com a revisão geral do Plano Diretor, visto que, segundo o Executivo, é necessário rever todo o Plano Diretor, para se adequar às leis à realidade atual e, principalmente capacitar servidores municipais de carreira, para após efetivamente aplicar o que prega o Plano Diretor.

Diz ainda, que o Plano Diretor do Município é de 2003 e teve algumas leis alteradas, principalmente as referentes ao saneamento e, apesar de tais alterações as mesmas não estão sendo reconhecidas pelo COMEC, que alega que não houve a realização de audiência pública para discussão com a população.

A abertura de Crédito Adicional encontra seu amparo legal no Título V, art. 40 e seguintes da Lei 4.320/64, o qual diz que "São créditos adicionais às autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento".

O suporte Constitucional é extraído do inciso V, do artigo 167, o qual diz que:

“Art. 167 – São vedados;

(...)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes”.

A própria Lei 4320/64 nos traz a distinção entre as espécies de créditos adicionais existentes, conforme transcrição infra;

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública”.

Como se vê, o presente Projeto de Lei enquadra-se no inciso II, do art. 41, acima transcrito, sendo que a abertura desse crédito depende da existência de recursos disponíveis para as despesas correspondentes, conforme determina o artigo 43 da Lei 4320/64, que assim reza;

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa..

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las”.

De acordo com o art. 2º do respectivo Projeto de Lei, para a cobertura do crédito a ser autorizado serão usados como recursos o cancelamento parcial da seguinte dotação:

08.00-Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo
08.01-Departamento de Viação, Obras e Urbanismo
17.511.0025.1.002- Implantação de rede de água rural
261.4.4.90.51.00.00.1000- Obras e instalações.

Desta forma, tem-se que o Executivo para suplementar as dotações que deseja ir cancelar parcialmente a dotação acima.

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas legais e jurídicas pertinentes à matéria, não tendo nada a se opor ao seu regular prosseguimento nesta Casa de Leis, ressalvando-se apenas quanto à oitiva da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, no que diz respeito a análise afeta a sua competência.

É o parecer.

Lapa, 31 de julho de 2007


Jonathan Dittich Junior
Assessor Jurídico

ENCAMINHAMENTO:

EM ATENÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DESTA CASA DE LEIS, ENCAMINHO A MATÉRIA.

PROJETO DE LEI. Nº. 73/2007

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL.

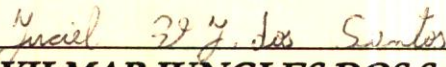
SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL. PARA ANÁLISE E POSTERIOR PARECER DA **COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

EM ATENÇÃO AO QUE DETERMINA O REGIMENTO INTERNO, ARTIGO 43.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM 31 DE JULHO DE 2007.

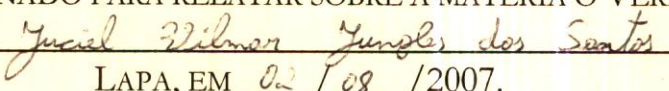

JOÃO ANTONIO MARTINS
PRESIDENTE

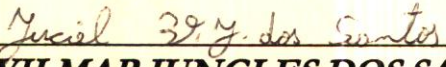
RECEBI O PROJETO EM 02 / Agosto / 2007.


JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO.

DESIGNAÇÃO DO RELATOR

FICA DESIGNADO PARA RELATAR SOBRE A MATÉRIA O VEREADOR


LAPA, EM 02 / 08 / 2007.


JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL LAPA - PARANÁ

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 73/2007

AUTOR: Executivo Municipal

SÚMULA: Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial.

PARECER

Este Vereador relator do Projeto em epígrafe resolve pela continuidade na sua tramitação nesta Casa de Leis, tendo em vista, que a matéria não possui nenhuma irregularidade quanto aos aspectos Econômicos e Financeiros em atenção ao art.49 Inciso II, do Regimento Interno.

Quanto ao mérito, cabe ao Douto Plenário "secundum legem".

Lapa, 03 de Agosto de 2007

Juciel Vilmar Jungles dos Santos

JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS
Relator/Presidente

Vilmar Czarneski Favaro

VILMAR CZARNESKI FAVARO
Membro

Marco Antonio Bortoletto

MARCO ANTONIO BORTOLETTO
Membro

ENCAMINHAMENTO:

EM ATENÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DESTA CASA DE LEIS, ENCAMINHO A MATÉRIA.

PROJETO DE LEI Nº. 73/2007

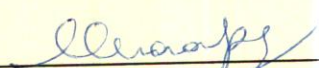
AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL. PARA ANÁLISE E POSTERIOR PARECER DA **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.** EM ATENÇÃO AO QUE DETERMINA O REGIMENTO INTERNO, ARTIGO 43.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM 31 DE JULHO DE 2007.


JOÃO ANTONIO MARTINS
PRESIDENTE

RECEBI O PROJETO EM 03 / 08 / 2007.

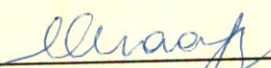

MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

DESIGNAÇÃO DO RELATOR

FICA DESIGNADO PARA RELATAR SOBRE A MATÉRIA O VEREADOR

MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS

LAPA, EM 03 / 08 / 2007.


MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.



P. 01

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
LAPA - PARANÁ
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ANTEPROJETO DE LEI Nº 73/2007

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

SÚMULA: "Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial".

PARECER

O Poder Executivo Municipal apresentou à consideração da Câmara Municipal, o Anteprojeto de Lei nº 73/2007, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial.

O Prefeito Municipal fundamenta que o pedido em questão destina-se à Secretaria de Administração para a Revisão geral do Plano Diretor e outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica e para Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo para a implantação de Rede de Águas Rura'.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
LAPA - PARANÁ
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

P. 02

Entretanto, como não foram justificadas as despesas com Secretaria de Administração, outros serviços de Terceiro Pessoa Jurídica; ainda na Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, para Implantação de Rede de Água Rural.

Diante do que foi exposto este Vereador, ora relator solicita, de acordo com suas atribuições legais e regimentais, que seja primeiramente oficiado ao Chefe do Executivo Municipal para que o mesmo especifique o quanto será gasto com mão de obra e matérias e quais as Localidades serão beneficiadas.

Atenciosamente.

Poder Legislativo Municipal, 06 de agosto de 2007.


MARCO ANTÔNIO FERRARI RAMOS

Vereador-Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e
Redação



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
LAPA - PARANÁ
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

P. 03

Juciel Vilmar J. dos Santos

JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS

Vereador – Membro

JOÃO RENATO LEAL AFONSO

Vereador - Membro

Lapa/PR, 09 de Agosto de 2007.

Ofício nº. 461/07

Prezado Prefeito:

Tendo em vista que tramita nesta Casa de Leis o Anteprojeto de Lei nº 73/2007, reiteramos o pedido de informações de acordo com parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação a fim de que possamos enviar o Anteprojeto para apreciação em Plenário.

Na oportunidade renovo minhas considerações.

Atenciosamente


JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA

Protocolo nº: 00476 / 2007

Data: 13/08/07 - 15:00

Nome: 
GABINETE DO PREFEITO

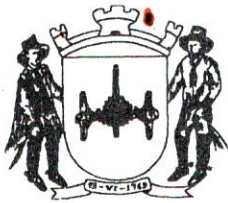
Ao Exmo. Sr.

MIGUEL LOURENÇO HORNING BATISTA

DD. Prefeito Municipal

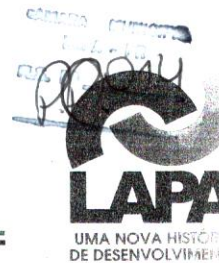
Nesta

FN



Prefeitura Municipal da Lapa

Estado do Paraná



Ofício nº 491

Lapa, 14 de Setembro de 2007

Senhor Presidente:

Em atenção ao vosso ofício nº 461/07, o qual solicita informações sobre o Projeto de Lei 73/07, que tem como ementa: "Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial", comunico que, após submetido a apreciação da Assessoria Técnica Contábil, bem como, da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, recebeu a seguinte manifestação:

"Quanto à abertura de crédito adicional em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), justifica-se pela necessidade de revisão do Plano Diretor, que é de 2003 e teve algumas alterações, notadamente no que trata-se do zoneamento. Essas leis, apesar de as alterações terem sido aprovadas pela Câmara, não estão sendo reconhecidas pela COMEC que alega não ter havido audiência pública para discussão com a população.

A intenção com essa providência é rever todo o Plano, adequar as leis à realidade atual e, principalmente, capacitar servidores municipais de carreira para efetivamente aplicar o que prega o Plano Diretor.

O Município, após a aprovação do presente Projeto de Lei, realizará licitação para a contratação de empresa especializada para desenvolver as diversas atividades necessárias para que o Plano existente torne-se um instrumento básico da política de desenvolvimento do Município.

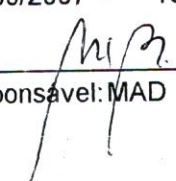
O objetivo da implementação de ações de readequação do Plano Diretor é de suma importância para o nosso município pois, este pode se transformar numa importante ferramenta para o desenvolvimento econômico do Município e, assim, melhorar as condições dos pequenos empreendedores.

EXMO. SR.
JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
NESTA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA

Protocolo nº: 964 / 2007

Data: 20/09/2007 - 10:44


Responsável: MAD



Prefeitura Municipal da Lapa

Estado do Paraná



Ofício nº 491, de 14.09.07

.... 02

A política urbana é o conjunto de ações que devem ser promovidas pelo Poder Público, no sentido de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. O objetivo da política urbana é, segundo o Estatuto da Cidade "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana".

É dever do Município efetivar os meios necessários para seu desenvolvimento, principalmente, no aspecto econômico.

A busca por novas alternativas e oportunidades geram emprego e renda que fortalecem as atividades econômicas locais e, ainda, melhoram a arrecadação dos tributos municipais, que são condições indispensáveis para colocar o município em um ciclo virtuoso de crescimento.

Os municípios devem, portanto, utilizar as diretrizes e instrumentos do Estatuto da Cidade com objetivo de estabelecer regras que propiciem o pleno desenvolvimento econômico, social e ambiental, com vistas a garantir o direito à cidade para todos que nela vivem.


Quanto ao questionamento referente à implantação de Rede de água Rural e quais as localidades beneficiadas, temos a informar que a dotação que consta no Art. 2º do projeto de Lei em questão refere-se a um cancelamento no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Projeto 1.002 – Implantação de Rede de Água Rural, para abrir o crédito conforme Art. 1º, portanto não representando novas ações dessa administração.

Também, comunico que essa dotação de Obras e Instalações não será utilizada para outras obras, visto que as obras em execução no momento derivam do convênio firmado entre o Município e a Funasa, convênio este já referendado por esta Casa Legislativa.

Assim sendo, esperamos ter justificado de forma satisfatória a presente solicitação, aguardando a apreciação e aprovação do Projeto de Lei em questão, para que possamos dar prosseguimento ao processo de readequação do Plano Diretor, bem como nos colocando à disposição para maiores esclarecimentos quanto à matéria."

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente


Miguel L. H. Batista
Prefeito Municipal

A
SEC. GERAL
DTR. PROSEGUIR
ENVIAR A
Em 20
JES

CERTIDÃO

Assunto: Projeto de Lei nº73/2007

Senhor Presidente:

CERTIFICO que foi entregue na data de 21/09/2007, para o Sr. Alessandro Ribas de Souza, Assessor Parlamentar do vereador Marco Antonio Ferrari Ramos e relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação designado para o Anteprojeto de Lei nº73/07, cópia do ofício nº491, oriundo da Prefeitura Municipal da Lapa, com informações referentes ao Anteprojeto de Lei nº73/07, para o vereador supracitado emitir parecer.

Lapa, 02 de outubro de 2007.


CLÉSIO THIAGO CARDOSO DE JESUS
Secretário Geral


FERNANDO NOTTO
Assist. de Administração


CLARILDA CORDEIRO NADOLNY
Assessora Parlamentar

PROJETO DE LEI Nº 79/2007

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial.

O Poder Legislativo Municipal da Lapa, Estado do Paraná,
APROVA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), destinado a cobrir despesas com revisão geral do Plano Diretor, e dentro da seguinte dotação:

04.00 – Secretaria de Administração
04.02 – Departamento de Serviços Gerais
04.121.0021.2.116 – Revisão Geral do Plano Diretor
3.3.90.39.00.00.1000 – Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica . R\$ 70.000,00
TOTALR\$ 70.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior serão usados como recursos o cancelamento parcial da seguinte dotação:

08.00 – Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo
08.01 – Departamento de Viação, Obras e Urbanismo
17.511.0025.1.002 – Implantação de Rede de Água Rural
261-4.4.90.51.00.00.1000 – Obras e InstalaçõesR\$ 70.000,00
TOTALR\$ 70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

Poder Legislativo da Lapa, Estado do Paraná, em 03 de outubro de 2007.

Juciel V. J. dos Santos

JUCIEL V. JUNGLES DOS SANTOS
1º Secretário

JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS
Presidente



Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná



LEI Nº 2088, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007

Especial.

Súmula: Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta Mil Reais), destinado a cobrir despesas com revisão geral do Plano Diretor, e dentro da seguinte dotação:

04.00 – Secretaria de Administração
04.02 – Departamento de Serviços Gerais
04.121.0021.2.116 – Revisão Geral do Plano Diretor
3.3.90.39.00.00.1000 – Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica . R\$ 70.000,00
TOTALR\$ 70.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior serão usados como recursos o cancelamento parcial da seguinte dotação:

08.00 – Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo
08.01 – Departamento de Viação, Obras e Urbanismo
17.511.0025.1.002 – Implantação de Rede de Água Rural
261-4.4.90.51.00.00.1000 – Obras e InstalaçõesR\$ 70.000,00
TOTALR\$ 70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

2007.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 11 de Outubro de


Miguel L. H. Batista
Prefeito Municipal